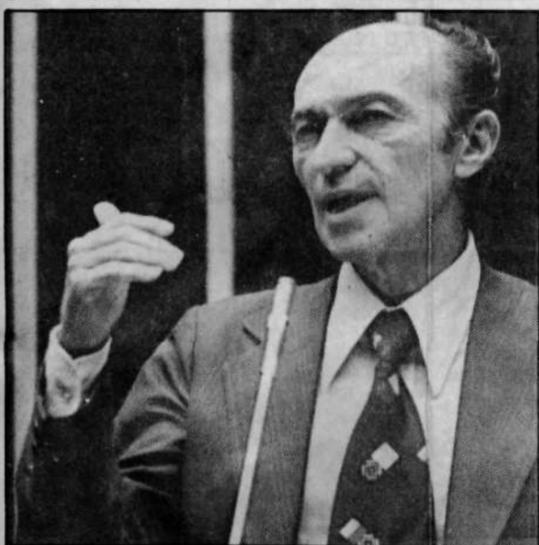


Emenda garante vaga para 10% da mão-de-obra acima de 45 anos

BRASÍLIA — Toda empresa com mais de 50 empregados será obrigada a manter em seu quadro de pessoal efetivo pelo menos dez por cento de trabalhadores com mais de 45 anos. A emenda, incluída no capítulo dos Direitos Sociais, foi aprovada ontem por 47 votos a 37 pela Comissão de Sistematização.



O Deputado José Lins, autor da proposta aprovada

O destaque foi apresentado pelo Deputado José Lins (PFL-CE) e só um constituinte se inscreveu para falar na tribuna durante o encaminhamento de votação: o Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), para quem a proposta está vinculada à questão da estabilidade no emprego e tem um grande alcance social.

A votação pegou desprevenidos todos os partidos e grupos ideológi-

cos, que se dividiram sobre o assunto. Na votação, o PMDB dividiu-se, com alguns integrantes do grupo "progressista", como a Deputada Cristina Tavares (PE), votando contra e outros a favor, enquanto os "moderados" do partido lutavam

contra. O PFL, que, com exceção de quatro ou cinco constituintes, costuma votar em bloco, também se dividiu, mas votou, em sua maioria, a favor.

O Líder José Lourenço (BA) e o Senador Hugo Napoleão (PI), por exemplo, votaram a favor. Até mesmo o PT dividiu-se: Luiz Inácio Lula da Silva foi a favor e Plínio de Arruda Sampaio, contra.

Após a votação, a perplexidade tomou conta de alguns constituintes:

— Só quero saber como vamos fazer para cumprir — afirmava o Senador José Fogaça (RS).

Fogaça imaginava, por exemplo, a situação de um empregador que não encontre trabalhadores de mais de 45 anos habilitados para preencher o percentual necessário em sua empresa. Estará descumprindo a lei?

Também preocupado e sem entender bem a atitude do plenário, o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP) pensava em profissões em que os profissionais são majoritariamente jovens, como a de professor primário, por exemplo. Mas quem votou a favor da emenda, como o Líder do PCB, Roberto Freire, por exemplo, afirmava que estes problemas poderão ser resolvidos por regulamentação da lei ordinária.

Barretada

NOS PRINCIPAIS centros urbanos do Brasil, a profissão de empregado doméstico vem aos poucos minguando, com tendência a desaparecer. É um fenômeno associado à industrialização, e que aqui já repete o mesmo processo verificado na maioria dos países desenvolvidos.

ESSA evidência não impediu a Comissão de Sistematização da Constituinte de dedicar um artigo inteiro aos direitos dos domésticos.

CRIA-SE na opinião pública a impressão de que a preocupação de dotar o País de uma Carta ágil, moderna e enxuta foi substituída pelo interesse político de distribuir barreatas a torto e a direito.

ISSO PARECE evidente no caso dos domésticos. Sua situação pode e deve ser tratada adequadamente em lei ordinária — a qual, a propósito, não esquivaria a categoria dos diaristas, que caminham para constituir a maioria na profissão.

Patrões e empregados conseguem representação

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem emenda determinando a participação de trabalhadores e empresários nos órgãos que decidem sobre seus interesses profissionais e previdenciários. Nesta condição incluem-se os Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho, além de instituições privadas como Sesc, Sesi, Senai e Senac. A emenda, adotada por 84 a três, foi apoiada pelos representantes do empresariado e dos trabalhadores.

O autor da proposta, Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), lembrou da tribuna ter 58 anos de vida pública e compromisso com a sua consciência, e não com patrões ou empregados. Foi muito aplaudido ao dizer que se considera um "senador vitalício", porque está hoje com 77 anos e estará com 85 ao final do mandato. "Com essa idade, não vou pedir mais voto a ninguém", acrescentou.

A emenda Nelson Carneiro foi votada em seguida a uma outra, do Deputado Paulo Paim (PT-RS), por intermédio da qual a esquerda

pretendia garantir a gestão tripartite — Governo, trabalhadores e empregadores — das entidades de orientação profissional, cultural, recreativa e de assistência social. O Deputado Gérson Peres (PDS-PA) subiu à tribuna para acusar a esquerda de, por meio dessa emenda, tentar o "intervencionismo estatal" no Sesc, Sesi, Senai e Senac. Na sua opinião, a aprovação da emenda significaria o fim dessas instituições.

A resposta veio quando o Líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva (SP), manifestou-se sobre a proposta de Nelson Carneiro. Lula disse que tais argumentos fazem parte de uma campanha caluniosa dos empresários, que só se justifica pela ganância, pois são elevados os recursos arrecadados por essas instituições. Segundo ele, os trabalhadores apenas defendem a democratização desses órgãos. O Líder do PT revelou que os constituintes que se colocam do lado dos trabalhadores preferiam uma emenda de sua autoria, a ser votada em seguida, mas, frente à

possibilidade de derrota, decidia-se a votar a favor da emenda Nelson Carneiro.

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) — um dos votos contrários — recorreu a estatísticas: em 1986 o Sesi de São Paulo arrecadou mais recursos do que o Governo federal repassou a nove Estados nordestinos. Admitiu ser boa a proposta por garantir a participação de empresários e trabalhadores, mas considerou negativo que a regulamentação seja deixada à legislação ordinária.

O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apoiou a proposta exatamente pela garantia de participação dos dois setores. Além de Cristina Tavares, votaram contra a Deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) e o Senador João Menezes (PFL-PA). O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), explicou que os empresários apoiaram a emenda porque garantirão a eles o direito de participar de órgãos deliberativos do Governo.

Domésticas têm mínimo, aviso e abono de Natal

BRASÍLIA — Mesmo sem garantir direitos como a estabilidade ou a licença para gestante, as empregadas domésticas já asseguraram na Comissão de Sistematização uma série de conquistas: salário-mínimo, irredutibilidade de remuneração, gratificação natalina, repouso semanal remunerado, férias anuais, aviso prévio e aposentadoria.

— Faltou a estabilidade, que realmente fica difícil — avalia a Deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA). Mas acrescenta que a licença para a gestante será tentada em plenário com boas chances de aprovação. Com mais articulação, teria passado já na Sistematização. Benedita da Silva (PT-RJ) tentou um acordo de última hora, mas não houve tempo para um entendimento com as lideranças partidárias. Feitosa também quer estabelecer no texto constitucional garantias quanto às condições de vida das empregadas domésticas, que muitas vezes trabalham e dormem em locais insalubres.

Rose de Freitas (PMDB-ES) lembra que faltou o adicional para trabalho noturno, o salário-família, o pagamento de horas extras em dobro e a estabilidade. Mas as duas concordam num ponto: os avanços garantidos foram significativos.

— Hoje, qualquer um pode assinar carteira de doméstica com CZ\$ 1 mil. Então, temos um verdadeiro exército de mão-de-obra barata, sem quaisquer direitos sociais. A partir da nova Constituição, não haverá como deixar de reconhecer o valor desta mão-de-obra — assegura Rose.

Abigail Feitosa garante que "agora vai acabar este regime de semi-esclavidão". Mesmo assim, não considera o texto aprovado ideal:

— O ideal é que não existam empregadas domésticas, como nos países socialistas, onde as mulheres trabalham nas fábricas, enquanto seus filhos ficam nas creches ou nas escolas. Aqui, as domésticas não têm nem mesmo o direito de ter filhos.

Disse que nos países capitalistas desenvolvidos ainda existem domésticas, mas muito bem remuneradas.

Comissão define cargo antes de aprovar sistema

BRASÍLIA — A primeira menção à existência de um Primeiro-Ministro no sistema de governo do País foi aprovada ontem pela Comissão de Sistematização. O texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral prevê que "são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da República, Presidente da Câmara e do Senado, Primeiro-Ministro, Ministro do Supremo Tribunal Federal, além dos integrantes das carreiras diplomática e militar".

O texto, sobre o qual pairava a expectativa de suscitar a primeira grande polémica no plenário da Constituinte sobre o sistema de governo, foi aprovado sem votação de destaque com referência ao Primeiro-Ministro. Ao contrário do que era esperado, só envolveu discussões sobre os direitos dos estrangeiros naturalizados brasileiros.

A única emenda ao parágrafo terceiro do artigo 11, apresentada pelo Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ),

pretendia incluir, entre os cargos privativos de brasileiros natos, os de Governador e Vice-Governador. Para apoiá-la, falou o Deputado Gerson Perez (PDS-PA), que argumentou questões de segurança no gerenciamento dos negócios do Estado. A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) lembrou que já eram muitas, em comparação com outros países, as restrições impostas pela legislação brasileira "aos que, por livre opção, adotaram a nossa terra como sua" e não caberia adicionar a proibição de ocupar cargos de Governador e Vice.

Na tarde de ontem, a Comissão concluiu a apreciação do capítulo da nacionalidade e aprovou na íntegra o texto de Cabral. Dos 34 destaques apresentados originalmente aos artigos 11 e 12 do substitutivo (14 e 15 votados pela Comissão), 28 foram prejudicados pela ausência do solicitante e cinco foram retirados por

seus autores.

Apenas uma emenda, apresentada pelo Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), foi votada pelo plenário e rejeitada por 70 votos a 18. O Deputado pretendia suprimir o inciso II do parágrafo 4º do artigo 11 do substitutivo, que prevê que "será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em processo que a lei estabeleça por exercer atividade nociva ao interesse nacional".

A proposta foi defendida pelo Deputado José Genoíno (PT-SP) e pelo Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), com os argumentos de que importava dupla penalização aos estrangeiros e de que criava conceitos de "valorização complementar" com os termos "nocivos aos interesses nacionais" que, segundo Bisol, são conceitos subjetivos e que dependeriam da interpretação de "um Juiz ou até de um Delegado de Polícia".

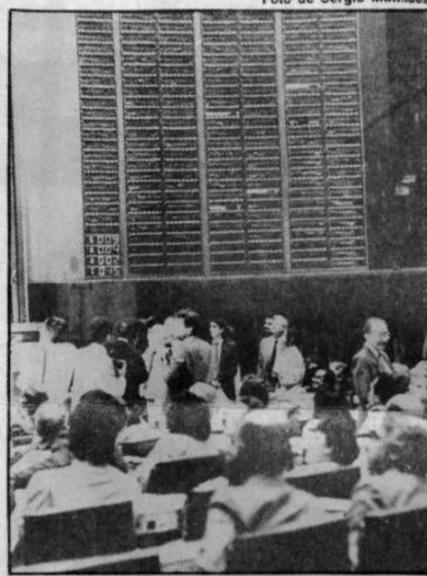
Painel entrará hoje em funcionamento

BRASÍLIA — O painel eletrônico de votação deverá entrar em funcionamento definitivo a partir da sessão de hoje da Comissão de Sistematização. Ontem, os constituintes passaram uma hora aprendendo a votar. O painel registrará apenas os votos dos titulares e dois minutos depois, apresentará uma lista dos suplentes, que serão chamados oralmente para completar a votação.

Com o fim de possibilitar os testes, o Senador Jarbas Passarinho, que presidia a mesa, interrompeu a sessão e simulou a votação de alguns destaques. O Deputado José Genoíno (PT-SP) pediu, então, que se aproveitasse para votar o mandato do Presidente da República, mas Passarinho achou que seria uma manobra diversionista. Submeteu ao plenário o voto facultativo, que não obteve quorum, com 22 parlamentares a favor e 20 contra.

O programa obriga, para computar o voto, o parlamentar a apertar ao mesmo tempo dois botões, exigindo o uso das duas mãos. Isso impede a votação "fantasma". A cada uma das votações, Passarinho se esforçava para tornar mais claras as instruções, mas não adiantava, os constituintes erravam.

O Senador José Lins (PFL-CE), decidiu-se por tomar o microfone de apertar e, sob aplausos, instruiu didaticamente seus colegas como se desse aulas no ginásio:



Votação simulada testa o painel no plenário

— Os senhores devem apertar os números de seus registros, depois votar e segurar a chave de registro por cinco segundos, até a luzinha verde apagar.

No entanto, Passarinho afirmou que José Lins acabava de servir de exemplo para uma definição de Bernard Shaw, um importante dramaturgo irlandês: "Quem não sabe ensinar". José Lins não conseguiu deixar registrado o seu voto no painel.

A primeira restrição de fato foi apresentada pelo Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL). Ele informou ser daltônico e, por isso, impedido de diferenciar o sim (verde), o não (vermelho) e a abstenção (laranja). Passarinho lhe pediu para sentar sempre ao lado de alguém que o pudesse ajudar.